

Declaração Política – Plenário de Setembro de 2010

Senhor Presidente,
Senhoras e Senhores Deputados,
Senhor Presidente do Governo e
Senhoras e Senhores Membros do Governo,

Mais de 35 anos depois da sua aprovação, a Constituição da República Portuguesa deve ser revista pela oitava vez.

Trata-se, obviamente, de um processo político da maior importância por se tratar da Lei Fundamental que protege e assegura liberdades, direitos e garantias aos portugueses, como deve ser num Estado Direito.

Essa relevante tarefa cabe ao Legislador. É por isso muito estranho que o projecto de revisão do maior partido da oposição tenha sido elaborado de fora para dentro, por um grupo de trabalho e aprovado pelos órgãos do PSD, totalmente ao arrepio do seu Grupo Parlamentar, que, agora, tem de bater-se por um processo em que não foi protagonista.

Aliás, esta forma esdrúxula de encetar o processo legislativo de revisão constitucional motivou mesmo algum desconforto no seio do Grupo Parlamentar, caso do constitucionalista Jorge Bacelar Gouveia que criticou a apresentação pública das propostas sociais-democratas antes de terem sido, formalmente, apresentadas aos deputados.

Apesar de mostrar muito sobre a liderança do PSD, isso é matéria do foro interno do PSD, razão pela qual pouco importa aos portugueses, muito mais preocupados, sim, com o verdadeiro ataque ao Estado Social, mesmo que encapotado por expressões jurídicas que procuram esconder o seu verdadeiro propósito.

O PSD não pode negar esta preocupação transversal à sociedade portuguesa por uma simples razão: O PSD perdeu, rapidamente, nas sondagens a ligeira vantagem que tinha assim que foram conhecidas as suas propostas de revisão constitucional. O PSD entendeu - e bem - este sinal como um verdadeiro cartão amarelo dado pelos portugueses ao seu projecto.

Rapidamente as suas propostas, que eram fundamentais e inequívocas em Julho, foram alvo de uma nova roupagem, deixando cair umas como as relativas aos poderes do Presidente da República, alterando outras, mas mantendo, no essencial, o ataque a três sectores fundamentais da sociedade: a Saúde, a Educação e o Emprego.

Atordoado pelas reacções negativas, o PSD de Passos Coelho alegou que as suas propostas não tinham sido bem interpretadas. Um argumento rapidamente desmentido com as muitas alterações que foi obrigado a fazer, que vieram provar o experimentalismo das soluções inicialmente apresentadas.

Os alertas ao PSD vieram dos mais variados quadrantes, mesmo do Presidente da República, habitualmente reservado, mas que já avisou que uma revisão da Constituição deve seguir o princípio da “melhoria incontestável”, que prevê que apenas se proceda a uma alteração quando se está “absolutamente certo” de que a norma a introduzir é melhor que a que já constava na Lei Fundamental.

O que o Presidente da República da República quer dizer é que desconfia que, numa negação pura do princípio da “melhoria incontestável”, o PSD está “absolutamente errado” nesta matéria.

Já que o PSD teima em não ouvir a sociedade, que, pelo menos, oiça o seu mentor partidário.

Senhor Presidente,
Senhoras e Senhores Deputados,
Senhor Presidente do Governo e
Senhoras e Senhores Membros do Governo,

O que se está a verificar com este processo encetado pelo PSD é a decapitação total da Constituição, submetendo a Lei Fundamental de um país aos seus interesses políticos.

É, nem mais nem menos, do que submeter a Constituição a um Programa de Governo que o PSD defende.

É ainda uma falácia política, porque o PSD, alegando excessiva carga ideológica da actual Constituição, reforça-a no sentido ideológico contrário, numa deriva liberalizadora sem precedentes.

Admitimos que, mesmo após a revisão constitucional de 1982, a Constituição da República Portuguesa ainda possua uma carga ideológica excessiva no seu preâmbulo. Mas preferimos isso ao fim do Estado Social, à liberalização dos despedimentos, a uma Saúde conforme a carteira de cada português e a uma Escola diferenciada para os nossos jovens.

Não se trata de dar hipótese de escolha aos portugueses. Esta escolha é sempre individual e sempre existiu. Nunca deve ser imposta por via legislativa. O que se trata, sim, é de utilizar esta prerrogativa dos portugueses como argumento para

enterrar, o mais fundo possível, o Estado Social em Portugal, cedendo a privados responsabilidades que são, e devem continuar a ser, do Estado, sem prejuízo da concorrência que o sector privado pode desenvolver nestas áreas.

O PSD quer acabar com estas conquistas sociais e colectivas. O PS tudo fará para as manter. O PSD quer mudar a Constituição para servir os seus intentos ideológicos. O PS quer manter o Estado Social para servir os portugueses. Estas são as grandes diferenças que nos marcam à partida para este debate. O ónus de prova está, sem dúvida, do lado do PSD, que ainda não conseguiu convencer qualquer sector da sociedade portuguesa da validade das suas propostas. Já se vai fazendo tarde.

Senhor Presidente,
Senhoras e Senhores Deputados,
Senhor Presidente do Governo e
Senhoras e Senhores Membros do Governo,

Que fique bem claro! Para o PS, este não é o tempo para se dar prioridade a um processo desta natureza. Para o PS, o momento é de recuperar economicamente o país, de criar mais emprego e de proteger quem não o tem. Para o PS, o tempo é de equilibrar as finanças públicas e promover investimento reprodutivo.

O PSD prefere esgotar as suas energias num processo de revisão constitucional extemporâneo e totalmente desfasado das preocupações das pessoas. O PSD/Açores não hesita e vai atrás, às cegas.

No capítulo das Autonomias, é óbvio que o nosso Estatuto Político-Administrativo deve servir de guia orientador para resolver as questões constitucionais que estão pendentes.

O que faz o PSD? Resolve entrar por novas áreas, que poderá ser - alertamos desde já - um caminho perigoso para a Autonomia e redutora para os poderes da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores, tendo em conta as posições restritivas do Tribunal Constitucional nesta matéria.

Pensamos nós, inicialmente, que a inclusão do senhor deputado Pedro Gomes no grupo de trabalho social-democrata seria garantia da defesa dos Açores, devido à sua competência técnica e visão da Autonomia. Esta eventual mais-valia caiu por terra com a falta de capacidade do PSD/Açores para influenciar a sua direcção nacional.

Relativamente ao cargo do Representante da República, não vimos no PSD/Açores a mesma ambição autonomista dos seus companheiros da Madeira, que defendem a extinção deste cargo.

O PS defende esta posição a favor dos Açores, ou então que não se mexa no assunto. O PSD/Açores prefere agradecer a Pedro Passos Coelho e dar consentimento a uma solução de um Representante único para os Açores e para a Madeira.

Creio que mesmo o PSD/Açores não se sente confortável com esta proposta de criação de uma figura deslocalizada no tempo, confusa politicamente e ofensiva para o nosso nível de Autonomia.

É, assim, a continuação da saga do auto-isolamento do actual PSD/Açores, que prefere dizer que sim aos seus recentes líderes nacionais, do que bater-se pela defesa dos interesses autonómicos, que já foram, também, património seu.

A líder do PSD/Açores, desconfortada com a sua falta de influência interna, justificou o seu aval à proposta de um Representante da República comum com o argumento que “o país ainda não está preparado para uma alteração substancial da organização do Estado”.

Novamente uma diferença profunda: O PSD de Berta Cabral espera, passivamente, que o país esteja preparado para as Autonomias. O PS de Carlos César prepara o país para este desígnio nacional.

Senhor Presidente,
Senhoras e Senhores Deputados,
Senhor Presidente do Governo e
Senhoras e Senhores Membros do Governo,

Avizinham-se, por todas estas razões, tempos de combate político, que servirão, certamente, para clarificar as posições dos dois maiores partidos políticos.

O PS como partido que não abdica, nunca, de assegurar os direitos constitucionais de todos e cada um dos portugueses e o PSD que quer refundar a Lei Fundamental, desprotegendo quem mais deve ser protegido e apoiando quem menos precisa de apoio.

Este debate nacional terá, ainda, reflexos na campanha para as eleições presidenciais, outra razão que desaconselha qualquer processo de revisão constitucional neste momento.

Nesta matéria, o PS tem uma garantia que reconforta os portugueses. O candidato presidencial que apoia, Manuel Alegre, já assegurou que qualquer tentativa de minimizar o Estado Social será vetada em Belém.

Esta é uma garantia clara e objectiva que nos conforta e que nos orgulha.

Relativamente às Autonomias, a posição do PS/Açores é clara e está definida há muito.

O que se espera, agora, é que o PSD/Açores escolha o lado dos Açores. Que tenha a coragem de recuperar o seu património autonomista. Que se alie ao PSD/Madeira na defesa das aspirações que, mais do que partidárias, são de duas regiões insulares e das suas populações.

O nosso caminho já está escolhido. Outros têm de escolher o seu. Que, pelo menos desta vez, o façam o mais rápido possível, a bem dos Açores e dos açorianos.

Disse.

Horta, Sala das Sessões, 21 de Setembro de 2010.

O Presidente do Grupo Parlamentar do Partido Socialista na Assembleia
Legislativa da Região Autónoma dos Açores,

Hélder Marques da Silva